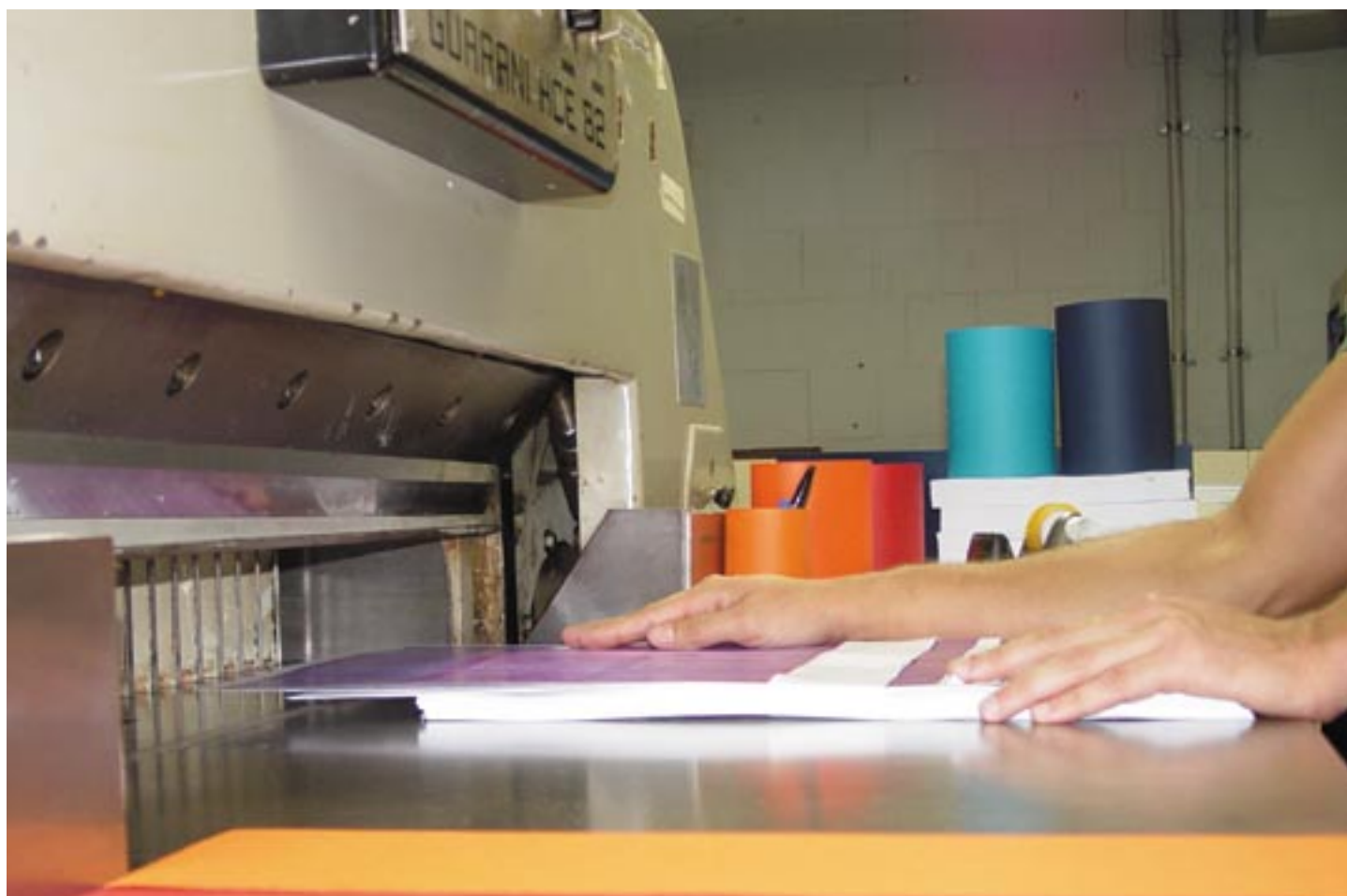


JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO II Nº 63 Rio de Janeiro, de 17 a 23 de novembro de 2004

Impressão rápida e eficiente



Papel, tinta, impressora, computador. E ruídos característicos. O barulho contínuo das máquinas dá ritmo ao trabalho dos *designers*, operadores de máquinas e responsáveis pelo acabamento do material gráfico produzido na Alerj. “Já nos acostumamos. O mais importante no lugar não é o barulho, é o clima, que aqui é muito bom”, elogia o *designer* Rodrigo Graciosa.

Trabalhando em ritmo acelerado, os 14 funcionários da Gráfica da Alerj se desdobram para entregar no prazo os convites para as solenidades, os títulos e impressos, além do JORNAL DA ALERJ, que são impressos em três máquinas:

duas coloridas e uma convencional. A eficiência e a importância do departamento são reconhecidas pelos deputados e funcionários. “A Gráfica imprime nossa coleção que abrange as constituições estadual e federal e o regimento interno. Além de ajudar com a Ordem do Dia. O trabalho deles é excelente”, elogia o secretário-geral da Mesa Diretora, Jocelino Cabral.

Nossa reportagem conta a história do departamento, revela momentos que marcaram a vida dos funcionários e mostra o dia-a-dia da Gráfica, que roda uma média de 500 mil publicações por mês.

PÁGINAS 4 e 5

*Parlamento Juvenil
inicia fase de
capacitação dos eleitos*

PÁGINA 3

*Secretária de Meio
Ambiente fala sobre
lixão no Guandu*

PÁGINA 7

*Alice Tamborindeguy
mostra planos para o
quinto mandato*

PÁGINA 8

Casa tem bancada de universitários

ALUNOS DE DIREITO, DEPUTADOS VÊEM NA FACULDADE UM MEIO DE APRIMORAR O TRABALHO COMO PARLAMENTAR

FERNANDA PORTO

Nem só retórica e votos fazem um bom deputado. Incumbidos de criar as leis que regem a vida da população do estado, os parlamentares estão cada vez mais cientes da necessidade de ter maior embasamento para o cumprimento de seu papel. A prova disso pode ser observada a partir dos deputados mais jovens, que recorrem ao bacharelado em Direito para desempenhar melhor suas funções. Há atualmente, na Casa, três deputados universitários. Todos fazem Direito. “É a forma de saber o que estamos fazendo, de não cometermos erros decorrentes da inexperiência”, explicou o deputado Fábio Silva (PP), de 27 anos, que está no primeiro mandato. Ele cursa o 9º período do curso na Universidade Veiga de Almeida e já planeja emendar os estudos com o curso de Administração, para melhor desempenho também na rádio da família.

Flávio Bolsonaro (PP), que é, aos 23 anos, o deputado mais novo da Casa, também está concluindo o curso de Direito, só que na Universidade Cândido Mendes. O parlamentar chegou a cursar a escola técnica de Eletrônica por quatro anos com a intenção de estudar



Leandro Marins

Fábio Silva, Andréia Zito e Flávio Bolsonaro: curso de Direito para melhorar atuação

Engenharia, mas desistiu após uma rápida experiência. “Minha vontade de seguir carreira na política é anterior ao desejo de cursar Direito, o que não significa que a advocacia tenha apenas essa função para mim. Trabalharia como promotor de Justiça tranquilamente”, garante o deputado, que se forma no final do ano e se diz encantado com as prerrogativas que estes profissionais tem para a fiscalização do Poder Público.

Também se iniciando na vida de advogada, embora não seja caloura

no Parlamento, a deputada Andréia Zito (PSDB) cursa o 8º período. A deputada, porém, já está na segunda faculdade – ela estuda na Universidade Estácio de Sá. “Cursei Letras na UFRJ por cinco períodos, mas fui obrigada a abandonar porque passei a ter algumas aulas no horário do plenário. Minha carreira sempre acaba atrasando minha vida acadêmica e, agora mesmo, tive que trancar o curso em função do meu trabalho na campanha”, lamenta. “Mas retomo logo, para terminar o curso o mais rápido possível”, garante.

Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
dcs@alerj.rj.gov.br Tel: 2588-1404/1383

PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente: Heloneida Studart

2º Vice-presidente: José Távora

3º Vice-presidente: Pedro Fernandes

4º Vice-presidente: Fábio Silva

1º Secretário: Graça Matos

2º Secretário: Léo Vivas

3º Secretário: Acárisi Ribeiro

4º Secretário: Nelson do Posto

1º Suplente: Leandro Sampaio

2º Suplente: Eliana Ribeiro

3º Suplente: Nelson Gonçalves

4º Suplente: Rogério do Salão

Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa

Coordenadora:

Fernanda Galvão

Repórteres:

Alfredo Junqueira

Geiza Rocha

Luiz Marchesini

Estagiários:

Andréia Quelhas, Camila Parada,

Fernanda Porto, Gabriel Mendes,

Guilherme Costa, Leandro Marins,

Leandro Rosa, Mariana Magro e

Ramien Brum

Diagramação:

Marcelo Frauches

Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Tiragem:

2 mil exemplares

FRASES DA SEMANA

“Antes de pensarmos em comprar novos equipamentos ou construir outro hospital, vamos pensar em fazer funcionar direito os que já existem – isto serve para todos os partidos políticos que estiverem no Governo.”

Paulo Pinheiro (PT), em plenário, aconselhando os prefeitos eleitos no estado.



“É preciso que nossa função neste Parlamento renda credibilidade; é preciso que o povo tenha convicção de que seu voto não foi dado a alguém que possuía apenas discurso, mas também trabalho.”

Caetano Amado (PL), sobre a liberação das emendas parlamentares do Orçamento.

“Não é por moralismo, mas é inacreditável que o Congresso Nacional proponha-se a discutir um projeto dessa qualidade.”

Luiz Paulo (PSDB), em plenário, discutindo sobre projeto que tramita na Câmara Federal criando a profissão de ‘trabalhadores da sexualidade’.

Jovens treinados para fazer bonito

PARLAMENTARES ELEITOS PASSAM POR CAPACITAÇÃO PARA EXERCER SEUS MANDATOS POR UMA SEMANA NA ALERJ

CAMILA PARADA

Cabo Frio recebeu um sopro de juventude nos últimos dias 8 e 9 de novembro: a cidade corresponde ao Pólo I de treinamento do Parlamento Juvenil 2004-2005. O curso reuniu parlamentares de 18 municípios e contou com carga horária total de 16 horas. Ministrado pela diretora-geral da Escola do Legislativo Fluminense, Jackeline Marins, pelo especialista legislativo Emil Nunes Moreira e pelo consultor técnico e professor de História Carlos Eduardo Teixeira, ambos da Alerj, a capacitação abordou temas como estratégia de contextualização histórica e evolução da participação social do Parlamento brasileiro, além de oratória, decoro parlamentar e conhecimentos técnico-parlamentares.

Para o parlamentar juvenil reeleito em Cabo Frio Walciney da Costa Lessa, a capacitação possibilita o amadurecimento dos jovens, para a chegada na Alerj. Ele disse que, na primeira edição do Parlamento, ainda estava muito inseguro. “Este ano não vou aéreo como no ano passado. Vou estar de pé, firme para lutar por melhorias na nossa região”, afirmou.

Ao ouvir explicações sobre oratória, linguagem corporal e gesticulação, muitos jovens já assumiam a postura



Jackeline Marins, da Escola do Legislativo, deu aulas para os parlamentares eleitos

de deputados. É o caso de Weverton Carvalho, de São Pedro d'Aldeia, que sempre teve gosto pela política, embora nunca tenha tido experiência no assunto. “Esse projeto me instigou a lutar por meus direitos. A partir desse momento só irei crescer se exercer meu papel de cidadão. Sou muito patriota e vou mostrar que a classe estudantil não está calada”, defendeu.

Para chegar a este ponto, a disputa não foi fácil. Eleito por Arraial do Cabo, Ayron Freixo, por exemplo, enfrentou uma dura concorrência. Seu colégio tinha 500 alunos, enquanto outros que estavam concorrendo tinham mil. “Vou lutar até o fim para que o nosso projeto

seja aceito pela governadora” avisou Ayron que ganhou o apoio de Rodrigo do Amparo, eleito em Saquarema. “Se ele realmente quiser, ele consegue. O jovem sempre alcança seus objetivos”, acredita Rodrigo.

Nos próximos dias 19 e 22, será a vez da Alerj sediar a capacitação do Pólo II do Parlamento Juvenil. Ao todo, serão cinco pólos de treinamento. No dia 23 de janeiro de 2005 os 92 parlamentares chegam à Alerj, onde durante uma semana debaterão projetos de lei e conhecerão na prática o processo legislativo. Os projetos aprovados em plenário serão encaminhados à governadora Rosinha Garotinho.

Para os reeleitos, segundo mandato na Assembléia será ainda melhor que o primeiro

Para a segunda edição do Parlamento Juvenil a região do Pólo I contou com quatro reeleitos: Walciney Lessa, de Cabo Frio; Suelen Farias, de Casimiro de Abreu; Humberto Mariano, de Silva Jardim e Rodrigo Freire, de Carapebus (foto). A fim de garantir a reeleição, os parlamentares visitaram as escolas de seus municípios explicando o processo anterior, os projetos aprovados e suas propostas. Suelen afirmou, em nome dos quatro reeleitos,



que estão dispostos a ajudar a todos que participam do projeto pela primeira vez: “Como no ano passado, criaremos uma grande família do Parlamento Juvenil”. Humberto Mariano, de Silva Jardim, garante que mantém contato com os eleitos de 2004. Ele diz que tentou a reeleição para continuar a luta por incentivos à cultura. Empolgado, o parlamentar reeleito anuncia que não vai parar por aí: pretende seguir a carreira política.

Máquinas a pleno vapor para ate

GEIZA ROCHA E ANDRÉIA QUELHAS

Com uma produção anual de cinco milhões de impressos, a Gráfica da Alerj coleciona fãs trabalhando duro para entregar em tempo cartilhas, convites e diplomas das solenidades, o JORNAL DA ALERJ e as demais publicações da Casa. Tudo para ontem. “A Comissão da Pessoa Portadora de Deficiência realiza muitos seminários, e a gráfica nos ajuda a formular o conteúdo desses eventos. Sem o material impresso,

não conseguiríamos propagar com tanta facilidade nosso trabalho”, acredita a deputada Georgette Vidor (PPS).

Entre os trabalhos que mobilizaram o departamento, dois são citados por todos os funcionários: a Constituinte Estadual, em 1988, e a CPI do Propinoduto, em 2003. “Durante a Constituinte tudo o que era discutido no Plenário tinha que ser impresso. Dormimos aqui várias noites, por conta do volume de material”, conta o diretor da Gráfica, Carlos Henrique Aranha, que chefia 14 funcionários. O aposentado Edson Moura de Almeida,

que trabalhou no setor na época, lembra que costumava trazer comida de casa e a esquentava em um pequeno forno, comprado pelos funcionários. “Durante a Constituinte, nas vezes em que trouxe feijoada e angu à baiana, os deputados Milton Temer e Ernani Coelho, ambos do PT, saíram do plenário e desceram para comer conosco”, lembra.

Na época as máquinas eram *off-set*. A revolução digital chegou em 1990, quando as máquinas começaram a ser trocadas e foram instalados os computadores. Hoje, duas máquinas coloridas e uma

Trabalho no departamento começa com a equipe de criação, que desenvolve os lay-outs



Uma das principais vantagens da Gráfica, segundo os funcionários, é desenvolver o trabalho desde a criação até o resultado final. O processo começa a partir da criação do lay-out, feito pela equipe de designers (foto 1). Depois de aprovado, o material é impresso (foto 2). As cartilhas são cortadas na máquina de corte (foto 3) e depois são dobradas (foto 4). “Aqui todos colocam a mão na massa e ajudam uns aos outros. O resultado é o clima descontraído, marca do nosso departamento”, define o designer Rodrigo Graciosa.

ender a todos os pedidos da Casa

convencional fazem todo o trabalho. “Nossa produção mensal fixa inclui o JORNAL DA ALERJ, convites para as solenidades, títulos de utilidade pública e o Almanaque do Legislativo (distribuído aos visitantes da Exposição Permanente). Três ou quatro vezes no ano imprimimos as constituições estadual, federal e o regimento interno atualizados”, explica o assistente do diretor, Lindomar Alves de Lima. Na opinião dos funcionários, a revolução digital possibilitou a eficiência no atendimento à CPI do Propinoduto. “A CPI não teria ocorrido de

maneira tão rápida se a Gráfica não fosse digital”, conta o *designer* Carlos Renes, que participou do mutirão responsável por reproduzir aproximadamente 300 mil documentos e relatórios.

A correria para entregar em tempo os trabalhos, quase todos desenvolvidos pela própria Gráfica, não impede que os funcionários guardem na memória seus trabalhos preferidos. “Nos 75 anos do Palácio Tiradentes criamos uma marca, produzimos um *banner* e um jornal para lembrar a data. Tudo foi feito pela gráfica, da criação ao produto final”,

lembra Aranha, que guarda uma coleção de exemplares de todo o material impresso pela sua equipe.

Para atender os 70 deputados e as solicitações dos departamentos, os funcionários se desdobram. Tanto trabalho é reconhecido pelos parlamentares, que sempre homenageiam e agradecem, em plenário, o trabalho da Gráfica. “A Gráfica é um atestado permanente de eficiência, pela qualidade e rapidez de seus serviços”, elogia o deputado Paulo Ramos (PDT), campeão de pedidos no setor.

s. Acabamento dá o toque final

Fotos Mariana Magro



Lendas são criadas para desconstrair o ambiente

Fotos Leandro Marins/Mariana Magro

A Gráfica funciona no andar térreo do Palácio Tiradentes desde a fusão do antigo Estado do Rio de Janeiro com a Guanabara, em 1975. Antes, o local abrigava a garagem do Parlamento. “Quando chegamos aqui, havia uma placa informando que este local foi o calabouço, onde Tiradentes ficou aguardando seu julgamento quando aqui era a Cadeia Velha”, lembra o Diretor da Gráfica, Carlos Henrique Aranha, que trabalha na Casa há 18 anos.

Por conta disso, os funcionários costumam brincar entre si e com os desavisados dizendo que o corpo de Tiradentes está enterrado ali, próximo aos computadores. “É só uma brincadeira”, despista o designer Rodrigo

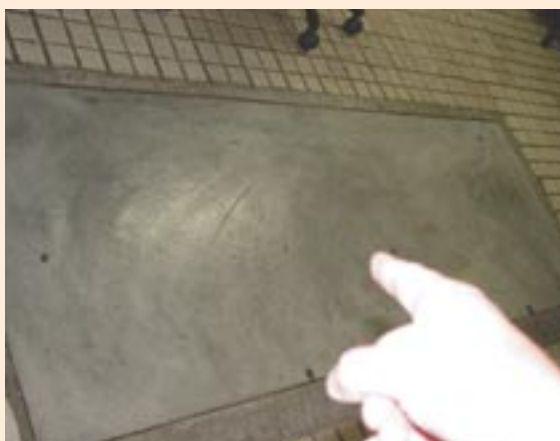


Edson de Almeida garante que nunca viu assombração

Graciosa, um dos responsáveis pela criação dos cartazes e folders.

O aposentado Edson Moura de Almeida, que trabalhou na Gráfica de 1983 a 1993 e que sempre visita o setor quando vem à Casa, explica que no local, coberto hoje com cimento, havia um buraco, resquício da época

em que a área servia como estacionamento. “Ali ficava um poço para a troca de óleo dos carros. O buraco só foi fechado há dez anos”, diverte-se Edson. O aposentado não acredita que no Palácio Tiradentes existam fantasmas. “Mas quando trabalhei no Palácio Pedro Ernesto — antiga Câmara dos Deputados, que hoje abriga a Câmara dos Vereadores do Rio — ouvi até piano tocar”, revela.



Poço coberto da antiga garagem é alvo de brincadeiras

EM DEBATE: RETENÇÃO DE DOCUMENTOS

ANTÔNIO PEDREGAL

DEPUTADO ESTADUAL PELO PSC

Combate a fraudes

O projeto que apresentei recentemente sobre a proibição da retenção de documentos tem como escopo a preservação da intimidade do cidadão, de seus dados pessoais, e funcionará como medida profilática no combate a fraudes. Vivemos um momento de insegurança, onde todos os dias nos deparamos com mecanismos, projetados por indivíduos que objetivam usurpar nossas identidades e CPFs para a prática de delitos.



Mariana Magro

A evolução tecnológica tem seu ônus. Se por um lado reveste-se de um caráter facilitador ao permitir o acesso a serviços nunca antes disponíveis, por outro fragilizou a segurança. Diante das mudanças ocorridas no final do último milênio e com o fenômeno da globalização, cada vez mais temos nossa identidade devastada. Nossos documentos pessoais carregam informações preciosas, que nos identificam e nos distinguem.

Com o advento da Internet, um simples número de CPF pode viabilizar a compra de diversos produtos e dados bancários podem, também, ser facilmente manipulados eletronicamente, causando prejuízos irreparáveis. Não raro vemos noticiada a prisão de indivíduos portando cheques falsos, cartões de banco, de crédito, passaportes, etc. Enquanto isso, o cidadão de bem fica à mercê dessas pessoas, ao ser cobrado por dívidas que não contraiu, inscrito indevidamente em cadastros como o Serasa e o SPC, ou mesmo sofrendo imputações penais por crimes que nunca cometeu.

“O que se pretende é coibir a prática de estelionato, evitando prejuízos”

do indivíduo em um primeiro contato quando imprescindível certificar-se de ser o cidadão quem alega. *A posteriori*, celebrado o ajuste, não há razão para retenção de cópia de documentos.

O que se pretende, então, é coibir a prática de estelionato, resguardando o cidadão de bem, mantendo o sigilo necessário da sua documentação, evitando que esta caia em mãos erradas e cause prejuízos muitas vezes irreparáveis. Diante do exposto, contamos com o apoio dos ilustres pares para a aprovação do presente projeto, que aborda um problema relevante dos dias atuais.

SAMUEL MALAFAIA

DEPUTADO ESTADUAL PELO PMDB

Informática é a saída

Acabar com a burocracia, eliminando procedimentos administrativos que emperram o serviço público e atrapalham a vida de milhões de pessoas, é uma necessidade indiscutível. Para isso, inclusive, tivemos um Ministério da Desburocratização, com o objetivo de simplificar normas para melhorar o atendimento ao cidadão. Ainda hoje, milhares de exigências burocráticas emperram até mesmo nosso crescimento econômico, visto que um dos segmentos da sociedade que mais se mostra prejudicado é o da micro e pequena empresa. É urgente que o poder público e a sociedade organizada concentrem esforços para minimizar a questão burocrática no País.

A medida não pode deixar de envolver a criação de sistemas específicos com a utilização da Internet – um importante mecanismo de informação que deve ser transformado em instrumento de fortalecimento da cidadania.

Por enquanto, por razão cultural, ainda é compreensível que haja a retenção de cópias de determinados documentos por algumas instituições, a fim de dar maior segurança às partes interessadas. Em correlação, podemos citar a exigência da autenticação: de acordo com o novo Código Civil, toda cópia de documento é, a princípio, tida como verídica se não houver impugnação de sua exatidão por quem de direito. Apesar disso, muitas pessoas preferem



Leandro Marins

“Por enquanto é compreensível que haja retenção de cópias”

autenticar por precaução, por se sentirem mais tranquilas, e acharem que ainda é o modo mais seguro de fechar um contrato. O fato, no entanto, não impede a luta contra a burocracia. No Brasil, existem leis que “pegam” e leis que “não pegam”, mas as leis sobre essa questão dos documentos devem ser acatadas. Creio que acharemos na informática uma saída que acompanhe a evolução da sociedade e torne o processo mais ágil, diminuindo o volume de papel que demanda altos custos.

A democracia exige o aumento da eficiência do Estado no atendimento às demandas do cidadão, e isto diz respeito à Tecnologia da Informação, fundamental no desenvolvimento das propostas para fazer com que o cidadão se sinta respeitado em seus direitos, sem o desgaste causado pela burocracia.

Margem do Guandu a salvo de lixo

SECRETÁRIA DE MEIO AMBIENTE AFIRMA QUE LICENÇA DA FEEMA DEPENDE DE REGULAMENTAÇÃO DE LEI AMBIENTAL

GABRIEL MENDES

Os moradores da Zona Oeste que compareceram à audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, dia 9 de novembro, receberam uma boa notícia. A secretária estadual de Meio Ambiente, Isaura Fraga, negou que tenha sido concedida licença prévia para a construção de um aterro sanitário em Santa Cruz às margens do Rio Guandu, conforme noticiado. Os líderes comunitários de Santa Cruz e Paciência estavam indignados com a possível construção de um lixão na região. Durante a audiência, a secretária expôs os programas do Governo do estado na área ambiental.

Segundo Isaura Fraga, a Feema (Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente) recebeu os estudos de impacto ambiental de duas construtoras interessadas na obra, mas ainda está avaliando os projetos. A liberação das obras, explicou a secretária, depende da regulamentação da lei de zoneamento ambiental. “Enquanto a questão da legislação não for resolvida, não vamos dar qualquer parecer”, disse Isaura, tranquilizando os moradores da região.

Os problemas ambientais de diversas



Isaura Fraga (centro) respondeu perguntas de líderes comunitários de todo o estado

regiões estiveram na pauta da audiência. A secretária de Meio Ambiente respondeu às questões formuladas por representantes do maciço da Pedra Branca, Maricá, Itaipú, São Conrado, Sepetiba, Santa Cruz e serra da Tiririca. Isaura Fraga também discorreu sobre os programas ambientais implementados pelo governo. Ela destacou o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, a despoluição das Lagoas da Barra da Tijuca, o desassoreamento das lagoas de Piratininga, Itaipu, Maricá, Araruama

e Saquarema, a urbanização do morro Santa Marta, a demarcação de 22 lagoas estaduais e o projeto de revitalização de Sepetiba. “Nunca o Fecam foi tão usado. Nunca foram desenvolvidos tantos projetos ambientais”, defendeu. Também estiveram presentes à audiência, que foi presidida pelo deputado Carlos Minc (PT), o gerente executivo do Ibama, Edson Bedin, o presidente da Fundação Instituto Estadual de Florestas (IEF), Maurício Lobo e o deputado Albano Reis (PMDB), membro da comissão.

CURTAS

Curso de oratória

Superar o medo de falar em público, vencer a timidez e reconhecer a importância da linguagem oral e corporal no ambiente de trabalho. Estes são alguns temas que o professor Serrano Freire abordará na palestra “A arte de falar em público”, que a Escola do Legislativo Fluminense promove dia 24 de novembro, às 14h, no Auditório Nelson Carneiro. A palestra é voltada para deputados, que poderão inscrever um assessor parlamentar. As inscrições podem ser feitas pelo telefone 2533-4886 ou pelos ramais 1373 e 1144.

Precariedade nos bancos

A Comissão Especial de Combate ao Trabalho Precário, presidida pelo deputado Gilberto Palmares (PT), recebeu no último dia 10 representantes do setor bancário, para tratar de denúncias de demissões arbitrárias e más condições de trabalho. De acordo com levantamento feito pela Delegacia Regional do Trabalho, em 34 agências de oito bancos, os espaços físicos não estão adaptados para evitar lesões por esforço repetitivo. Outro tema discutido foi a terceirização. Segundo o Sindicato dos Bancários, em 1990 havia 900 mil postos de trabalho. Hoje são 370 mil.

PPD ganha 0800

A Comissão Permanente de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) já registrou 43 atendimentos por meio do telefone 0800 2855005. O serviço, inaugurado no dia 5 de novembro, segundo a presidente da comissão, deputada Georgette Vidor (PPS), é mais uma forma de a sociedade se manifestar sobre a organização da administração direta ou indireta relacionada à PPD. “Vamos receber e investigar denúncias, além de divulgar a colaboração de entidades que se destinam ou estejam relacionadas à causa do deficiente”, afirmou a deputada.

ENTREVISTA ALICE TAMBORINDEGUY

DEPUTADA PELO PSDB

‘Estou com energia para trabalhar’

ANDRÉIA QUELHAS

Sua família mora na Zona Sul do Rio de Janeiro, mas seu coração está no município de São Gonçalo. Alice Tamborindéguy (PSDB), que migrou para lá depois de receber expressiva votação na cidade, é filha do deputado federal Mário Tamborindéguy, que defendeu quatro mandatos pelo PTB de Getúlio Vargas. Aos 20 anos, após a morte do pai, Alice resolveu ser advogada. Em seguida, entrou para a política seguindo o líder Leonel Brizola, pelo PDT. Em 1995, migrou para o PSDB a convite do ex-governador Marcello Alencar, partido que a abriga até hoje. Mãe de Nicole, 19 anos, e autora de leis de combate às drogas, de proteção à mulher e ao menor, Alice promete inovar: quer usar os próximos dois anos de seu quinto mandato legislando para o consumidor.

Como foi seu retorno à Alerj?

Estou no meu quinto mandato. Já ganhei, já perdi e agora consegui voltar. É muito bom retornar. Você volta com muitas idéias, e é ótimo poder colocá-las em prática. Temos cobranças, mas também temos o poder de fiscalizar. E, para mim, tudo que soma em prol da população é bom e positivo. Estou feliz de poder retornar.

Que diferenças a senhora encontrou nesse retorno?

Encontrei a TV Alerj, que foi um grande ganho para a Casa. É uma forma de o povo ver mais do que acontece aqui dentro. Ela faz com que os deputados atuem mais, mostrem-se mais, e isso é muito bom.

Quais são suas prioridades nesse novo mandato?

Quero legislar para o consumidor. Quase fui vítima de ter o meu nome no Serasa sem ter a menor culpa, por um



Leandro Marins

erro de digitação. Então comecei a me aprofundar nessa questão do consumidor. Não sou da comissão de Defesa do Consumidor porque, quando retornei, as comissões já estavam divididas. Agora, vou ficar de olho para poder participar dela no ano que vem. Quero legislar para o consumidor, para a mulher, para

pai morreu, eu tinha 18 anos de idade e não pensei que fosse enveredar por este ramo. Mas acho que as pessoas de bem têm que entrar para a política, que é uma atividade extremamente nobre e muito bonita. Eu adoro o que faço. Através da política você pode mudar seu bairro, seu estado, seu país, e contribuir muito com a sociedade.

“Qualquer cidadão pode fazer uma revolução, mesmo sem mandato”

a saúde... Enfim, estou aqui para legislar em todas as áreas, desde que eu esteja convicta de que é um assunto que trará benefícios para a população. Estou com toda a carga, toda a energia para trabalhar.

A senhora é de uma família conhecida no Brasil, é advogada, por que escolheu a política?

Meu pai foi político. Já nasci nesse burburinho da política. Quando meu

Apesar de todos esses benefícios, muitas pessoas criticam a política...

Eu acho que todo mundo é político. Você faz política em casa, com sua família, no seu trabalho... Na realidade, político não é só aquele que tem mandato. Qualquer cidadão pode fazer uma revolução, mesmo sem mandato. Todo mundo tem de ser um ser político. Você tem de saber os seus direitos, cobrar, posicionar-se. Isso também é uma forma de fazer política. A política do voto também é extremamente importante. O eleitor precisa aprender a escolher em quem votar, cobrar do seu deputado, acompanhá-lo ao longo dos quatro anos, saber que leis ele fez, o que fez de bom e o que fez de errado. O voto é uma arma que nós temos. Por isso, temos que saber usar muito bem essa arma.